ANA CELIA DE OLIVEIRA PAZ
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

AGENDAS TEMÁTICAS

EDITORA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Agendas Temáticas

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Agendas Temáticas

ANA CÉLIA DE OLIVEIRA PAZ
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Pa6 PAZ, Ana Célia de Oliveira Paz; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Educação de Jovens e Adultos: Agendas Temáticas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Educação. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-5-6

1 - Brasil. 2 - Educação de Jovens e Adultos. 3 - Empiria. 4 - Estudos de Caso. 5 - Teoria.
I - Título. II - Paz, Ana Célia de Oliveira Paz. III - Educação. IV - Série

CDD–370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 1

Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo:
Uma Análise das Diretrizes Curriculares de Matemática

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES DE MATEMÁTICA[1]

Marcelo Penteado de Toledo[2]

Carmem Lúcia Costa Amaral[3]

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na democratização do acesso ao conhecimento e na promoção da inclusão social, garantindo o direito à educação a todos aqueles que não puderam completar sua escolarização na idade regular. Para orientar essa modalidade de ensino, assim como todas as outras, o Ministério da Educação (MEC) estabelece parâmetros e diretrizes que devem ser seguidas por todas as escolas brasileiras. Entretanto, os estados e os municípios têm autonomia para organizar seus sistemas de ensino e elaborar diretrizes curriculares que adequem o ensino à realidade local, sem, no entanto, desrespeitar as normativas federais. No caso da EJA, entre os estados que criaram suas próprias diretrizes curriculares está o Espírito Santo.

Nesse estado, as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (DCEJA/ES) da rede pública estadual buscam nortear as práticas pedagógicas da modalidade, considerando as particularidades dos estudantes da EJA em seus territórios. As

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: mtoledo@cs.cruzeirodosul.edu.br

[3] Professora da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Doutora em Química pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: carmem.amaral@cruzeirodosul.edu.br

DCEJA/ES, atualizadas em 2014 e alinhadas às legislações nacionais e estaduais, foram elaboradas a partir de um processo colaborativo, incorporando a visão de estudantes, equipes pedagógicas, gestores, pesquisadores e técnicos educacionais. Entretanto, esse documento apresenta não só contribuições, mas nos leva a refletir sobre o ensino destinado a esse público, em especial, o ensino da matemática. Nesse contexto questiona-se: quais as recomendações dessas diretrizes para o ensino de Matemática? Para responder esse questionamento foi desenvolvida uma pesquisa nesse documento que teve como objetivo geral analisar como o ensino de matemática na EJA está apresentado nesse documento.

A escolha de realizar análise das Diretrizes Curriculares da rede do estado do Espírito Santos, se deu em virtude de o estado atender a Educação de Jovens e Adultos, em diversos formatos, como por exemplo: EJA diurna; EJA noturna; EJA profissional; CEEJA e NEEJA (frequência flexível); EJA na Socioeducação (oferecida para menores infratores, sob titula do estado) e Educação em Prisões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A EJA configura-se como uma modalidade de ensino com o objetivo de atender indivíduos que não concluíram seus estudos na idade considerada regular por diversos fatores, como questões socioeconômicas, familiares ou pessoais. Essa modalidade atua como ação reparadora, buscando combater o analfabetismo, a não escolarização e promover a inclusão social. Além disso, a EJA abrange todo o Ensino Fundamental e Médio, proporcionando a jovens e adultos o acesso à Educação Básica e, consequentemente, ampliando suas chances de inserção no mercado de trabalho e de participação plena na sociedade.

Como descrevem:

> A maioria são trabalhadores e frequentam a escola no período noturno, depois de uma longa jornada de trabalho. Os que não estão no mercado formal de trabalho normalmente são mulheres/mães com responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa. O retorno à sala de aula é um esforço individual de cada estudante, que se encontra à margem dos direitos políticos e sociais (TOLEDO; AMARAL; PIRES, 2024, p. 15).

As expectativas dos jovens e adultos ao retornar à escola são significativas. Muitos acreditam que a educação pode proporcionar melhorias em suas vidas do ponto de vista econômico. Frequentemente, trazem uma autoestima fragilizada por experiências negativas anteriores com a escola, mas depositam na EJA a esperança de realizar seus sonhos e alcançar um projeto de vida pessoal e coletivo. Esses jovens e adultos, em geral, buscam qualificação profissional para conseguir um emprego digno que lhes permita sustentar suas famílias. Desta forma, a EJA não deve ser vista apenas como uma segunda chance, mas como uma oportunidade de instrumentalizar os indivíduos para entender, criticar e transformar a realidade em que vivem.

Nesse sentido, o professor não pode ser esquecer que os estudantes da EJA são frequentemente trabalhadores com conhecimento acumulado, um agente de sua própria história que intervém na realidade. São seres integrais, com diversas dimensões interagindo no processo de aprendizagem, entre elas, as cognitivas, físicas, emocionais, econômicas, políticas, sociais e culturais. Muitos vivenciam a marginalização e a exclusão das esferas socioeconômicas e educacionais, com acesso limitado à cultura

letrada e aos bens culturais e sociais, o que impacta sua participação no mundo do trabalho, da política e da cultura. Essa marca da exclusão social é uma característica comum, embora sejam sujeitos do presente e do futuro, formados por suas memórias (TONELLI; CLEVELARES, 2015).

Segundo Tonelli e Clevelares (2015), às necessidades desses estudantes no processo de ensino e de aprendizagem, são claras: o conteúdo deve ser específico para sua faixa etária, pois mesmo os estudantes em alfabetização não são crianças; é essencial considerar as capacidades cognitivas próprias dos adultos, sem generalizações; o professor deve utilizar materiais didáticos que conectem os conteúdos programáticos aos conhecimentos prévios e experiências de vida dos estudantes, pois essa vivência é a fonte geradora da aprendizagem.

Complementando, Soares e Cougo (2024) descrevem que a EJA ainda se depara com obstáculos consideráveis, tais como a carência de infraestrutura apropriada, a falta de preparo específico para os docentes que atuam nessa área e o significativo preconceito social relacionado ao retorno à escola por parte dos estudantes, além da falta de material didático que de acordo com Toledo, Amaral e Pires (2024, p. 05) “faz com que muitas vezes, o professor utilize os mesmos métodos e materiais desenvolvidos na educação regular, esquecendo das especificidades desse público”.

Para auxiliar o professor a diversificar seus métodos e materiais, o Ministério da Educação (MEC) dispõe as diretrizes curriculares que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino e as secretarias de educação utilizam as diretrizes para subsidiar a elaboração e revisão dos currículos locais, garantindo a qualidade e a adequação da educação à realidade específica de cada rede de ensino.

Seguindo essa lógica, a publicação de documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem impulsionado estados e municípios a organizarem movimentos de discussão para elaborar ou reelaborar seus próprios documentos curriculares. Esse processo visa atender tanto às diretrizes da base nacional quanto às especificidades de cada rede de ensino. A construção desses currículos locais, em muitos casos, ocorre de forma dialógica e colaborativa, a partir de uma ampla consulta à comunidade educacional, incluindo professores, gestores, técnicos e, em algumas redes, até mesmo os estudantes. Essa abordagem permite que o trabalho já desenvolvido em anos anteriores e o contexto histórico, social e cultural de cada município sejam considerados na formulação do novo currículo (CURI *et al*., 2022).

O exercício de uma cidadania responsável em um mundo complexo exige uma formação (científica/matemática) que permita aos indivíduos intervir e tomar decisões informadas sobre questões de interesse social. A competência é, portanto, uma condição para a cidadania (PIRES; MACIEL, 2024).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa de abordagem qualitativa do tipo documental. A pesquisa qualitativa é aquela que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas e como dizem Pradanov e Freitas (2013, p. 70) os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. No nosso caso, o ensino de matemática na EJA a luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA do estado do Espírito Santo.

A pesquisa documental para Fávero e Centenaro (2019, p. 172) "é compreendida como um processo que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compressão e análise de documentos dos mais variados tipos", ou seja, é aquela que está baseada na análise de materiais que podem ser analisados de acordo com os objetivos da pesquisa. Esses materiais não são necessariamente texto, podem ser também leis, fotos, vídeos, jornais, etc. De acordo com o dicionário Michaelis on-line documento é:

> Qualquer escrito ou impresso que fornece uma informação ou prova, usado para esclarecimento de algo; Qualquer elemento com valor documental (fotos, filmes, papéis, peças, fitas de gravações, construções, objetos de arte etc.) capaz de provar, elucidar, instruir um processo, comprovar a veracidade ou evidência científica de algum fato, acontecimento, teoria, declaração etc.

No caso dessa pesquisa, o documento analisado foi o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA do estado do Espírito Santo.

Para a análise do documento criamos os seguintes focos temáticos: bases legais que sustentam esse documento, estruturação do currículo da EJA, enfatiza a contextualização, os conhecimentos prévios dos estudantes jovens e adultos, como deve ser realizada a avaliação na EJA e os desafios para a implementação das diretrizes nas escolas do estado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As DCNEJA/ES se baseia em legislações educacionais como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo (PEE/ES) e a Resolução CEE/ES nº 3.724/2014 (ESPÍRITO SANTO, 2014), garantindo a adequação da proposta curricular às diretrizes e normas vigentes. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garante o direito à educação para todos, independentemente da idade, reconhecendo a EJA como modalidade de ensino fundamental e médio (art. 208, inciso I). A LDB (Lei nº 9.394/1996), define as diretrizes para a organização da educação brasileira, estabelecendo, entre outros pontos, as finalidades da EJA, a flexibilidade curricular e a possibilidade de organização em ciclos (art. 21, 22, 23 e 37) (BRASIL, 1996). O PNE (Lei nº 13.005/2014), estabelece metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação no Brasil, incluindo metas específicas para a EJA, como a ampliação do acesso, a permanência e a conclusão dos estudos (meta 9) (BRASIL, 2014), o PEE/ES (ESPÍRITO SANTO, 2015), em consonância com o PNE, define metas e estratégias para a educação no estado, incluindo a EJA, buscando garantir a oferta de um ensino de qualidade e relevante para as necessidades dos estudantes. Além desses documentos a Resolução CEE/ES nº 3.724/2014 do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo regulamenta a oferta da EJA no estado, estabelecendo diretrizes para a organização curricular, a avaliação e a certificação (ESPÍRITO SANTO, 2014).

Ao se fundamentar em uma base legal sólida, esse documento demonstra o compromisso da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo em oferecer uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos, em conformidade com as leis e diretrizes educacionais vigentes.

As DCEJA/ES estruturam o currículo da EJA em ciclos de formação, agrupando as etapas de ensino. No Ensino Fundamental, há três ciclos: Ciclo 1 (1ª a 4ª etapa), Ciclo 2 (5ª e 6ª etapas) e Ciclo 3 (7ª e 8ª etapas). No Ensino Médio, o Ciclo 4 abrange da 1ª a 3ª

etapa. Essa organização em ciclos proporciona progressão continuada, concepção cultural da aprendizagem e ênfase na avaliação formativa. A progressão continuada rompe com a seriação tradicional, uma vez que os ciclos permitem que os estudantes avancem em seus estudos de forma mais fluida e contínua. A concepção cultural da aprendizagem envolve o reconhecimento dos saberes construídos pelos estudantes em suas experiências de vida, valorizando a diversidade e a riqueza cultural e a avaliação formativa prioriza o acompanhamento do processo de aprendizagem, buscando identificar as necessidades dos estudantes e orientar as práticas pedagógicas (ESPÍRITO SANTO, 2014).

Embora não haja menção sobre a EJA na BNCC, o que para Sousa, Santos e Conceição (2021, p. 324) evidencia que "a EJA está relegada a invisibilidade, dentro da estrutura da gestão do Ministério da Educação do Brasil", as DCEJA/ES propõem o desenvolvimento de competências para o ensino da Matemática alinhadas a esse documento (Quadro 1).

Como pode-se observar nesse quadro, esses documentos orientam a formação integral dos estudantes, buscando o desenvolvimento do raciocínio lógico, da capacidade de argumentação, da autonomia e da consciência crítica.

A contextualização dos conteúdos matemáticos para a realidade dos estudantes da EJA é central nas DCEJA/ES. O documento incentiva a vinculação dos conteúdos com a vida cotidiana, o mundo do trabalho e as questões sociais. A "matemática da vida" deve dialogar com a "matemática da escola", pois como dizem Quaresma e Santos (2021, p 363), para os estudantes da EJA "as lutas pela sobrevivência e garantia de seus direitos perpassaram pelas ações matemáticas realizadas em seus cotidianos".

Quadro 1 - Competências a serem desenvolvidas o ensino da matemática no Ensino Fundamental na EJA, DCNEJA/ES e na BNCC

DCEJA/ES	BNCC
C1 - Reconhecer a matemática como ciência humana, viva e em constante evolução, que contribui para solucionar problemas e gerar descobertas.	**C1**- Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
C2 - Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de argumentação, utilizando o conhecimento matemático.	**C2** - Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
C3 - Compreender as relações entre conceitos e procedimentos matemáticos, desenvolvendo autoconfiança e autonomia.	**C3** - Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
C4 - Observar, investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, interpretando-as e avaliando-as criticamente.	**C4** - Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
C5 - Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais, para modelar e resolver problemas.	**C5** - Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
C6 - Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas	**C6** - Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).
C7 - Expressar respostas e conclusões utilizando diferentes registros e recursos, como gráficos, tabelas e linguagem matemática.	**C7** - Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
C8 - Desenvolver projetos que abordem questões sociais, com base em princípios éticos, democráticos e solidários.	**C8** - Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: DCNEJA/ES (SEDU, 2024); BNCC (BRASIL, 2018).

Para Quaresma e Santos (2021):

> a contextualização, quando abordada na EJA, busca levar em consideração o perfil dos estudantes. No dia a dia escolar da EJA, é comum observar questionamentos por parte dos estudantes sobre a relevância de estudar determinado conteúdo. Para eles, pode parecer que os conhecimentos escolares não serão necessários em suas vidas pessoais, muito menos em suas carreiras, se estas não estiverem diretamente ligadas ao seu cotidiano.

Uma forma do professor mostrar a relação da matemática com a vida cotidiana dos estudantes é problematizar situações levando em consideração sua realidade social. O professor pode abordar temas sociais relevantes para a comunidade a partir de dados estatísticos, gráficos e tabelas, promovendo a análise crítica da realidade e a tomada de decisões.

Ao abordar temas sociais, o professor leva em consideração também os conhecimentos prévios desses estudantes, bem como cria oportunidades para o desenvolvimento das competências descritas no Quadro 1. A incorporação da etnomatemática, proposta pelo documento, é um exemplo de como a EJA pode valorizar os saberes prévios dos estudantes. Como dizem D'Ambrósio e Rosa (2008), ao reconhecer a matemática presente nas diferentes culturas e contextos, a etnomatemática permite que os estudantes conectem os conhecimentos acadêmicos com suas próprias práticas e vivências.

Nesse contexto, as DCEJA/ES reconhecem que os estudantes da EJA, por serem jovens, adultos e idosos com vivências e experiências diversas, trazem consigo um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades construídos ao longo da vida, em suas relações com a família, a comunidade e o mundo do

trabalho. Entretanto, para que a valorização dos saberes prévios se concretize na prática, o documento destaca a importância da avaliação diagnóstica no início de cada ciclo. Essa avaliação, de caráter formativo, tem como objetivo identificar os conhecimentos e habilidades que os estudantes já possuem, permitindo que os professores planejem as aulas de forma mais adequada às necessidades da turma.

O documento ainda destaca a importância do PIPAT (Projeto Integrador de Pesquisa e Articulação com o Território) como um eixo integrador do currículo, conectando as áreas do conhecimento com a realidade local dos estudantes. Esse projeto foi criado em 2020 como uma das ações da Gerência de EJA no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU/ES).

O projeto:

> É uma ação emancipatória e um exercício de cidadania, envolvendo toda a escola e estendendo-se às comunidades. Nesse sentido, fundamenta-se na concepção de que o processo de ensino e aprendizagem não se dá apenas nos espaços-tempos escolares, mas também em espaços-tempos diferenciados, em que os sujeitos estão inseridos (ESPÍRITO SANTO, 2024, p. 38).

Como pode ser observado, ao desenvolver o PIPAT, o professor cria oportunidade para que os estudantes consigam relacionar os aspectos culturais e sociais de suas vidas com os componentes curriculares.

A SEDU/ES (2023) recomenda que o PIPAT seja aplicado em 3 fases: a) debates e ações que gerem efeitos de melhorias ou mesmo ressignificação dos territórios que envolvem a comunidade

escolar, b) construção de uma cartografia social que permita identificar o perfil social dos estudantes e seus territórios e c) orientação de metodologias que ensine a construção de um projeto e que culmine em apresentação de trabalhos e propostas que possam ser úteis à sua comunidade.

No contexto da matemática, o PIPAT pode ser utilizado para contextualizar os conteúdos e desenvolver o protagonismo estudantil, promovendo a interdisciplinaridade visando superar a visão fragmentada do conhecimento, herdada dos currículos tradicionais; formar sujeitos mais conscientes e preparados para atuar na vida social, compreendendo as conexões entre as diferentes áreas do saber; romper com a racionalidade instrumental e objetiva que desconsidera a complexidade da vida planetária e os valores humanos; construir uma rede de aprendizagem que permita aos estudantes da EJA, em um tempo mais curto, acessar os conhecimentos de forma mais significativa e conectada, trazer a dialética da vida cotidiana para os espaços escolares, conectando o aprendizado com a realidade dos estudantes e dar voz e materialidade aos saberes dos estudantes, utilizando-os como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos.

O documento reconhece os desafios de se trabalhar de forma integrada em um contexto de aulas curtas e disciplinas fragmentadas. No entanto, propõe algumas estratégias para superar esses desafios, como: O uso do PIPAT como eixo integrador do currículo, conectando as áreas do conhecimento com a realidade local dos estudantes; a articulação entre os componentes curriculares, buscando pontos de convergência entre as áreas do conhecimento. A escolha de temas transversais que perpassem diferentes disciplinas, como a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

A avaliação na EJA, é outra preocupação no documento. As DCEJA/ES recomendam que ela deve assumir um caráter formativo, acompanhando o progresso individual de cada estudante,

identificando suas dificuldades e potencialidades, e orientando as práticas pedagógicas para que todos possam alcançar os objetivos de aprendizagem. Por ser uma avaliação que tem como meta desenvolver competências, ela deve ocorrer de forma processual e contínua, diagnóstica, participativa e investigativa (MEUER; ALMEIDA, 2016). Na primeira, o professor deve acompanhar o desenvolvimento do estudante ao longo de todo o processo de ensino e de aprendizagem. Na diagnóstica como o próprio nome indica, o professor deve buscar identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas dificuldades e potencialidades, para orientar o planejamento das aulas. A participativa envolve a participação dos estudantes na definição dos critérios de avaliação e na autoavaliação de sua aprendizagem.

É importante ressaltar que o documento enfatiza a avaliação formativa e o desenvolvimento das competências para a progressão dos estudantes da EJA e na de aprendizagem significativa e desenvolvimento das competências e habilidades propostas para cada ciclo.

Entretanto, para a implementação dessas diretrizes as escolas capixabas devem superar alguns desafios para a concretização de um currículo inovador e contextualizado que demanda um esforço conjunto de diversos atores envolvidos no processo educacional, incluindo a Secretaria de Educação, as escolas, os professores e a comunidade. Entre os principais desafios, destacam-se:

- **Formação de Professores**: A proposta inovadora exige uma formação adequada para os professores, capacitando-os a trabalhar com as especificidades do público da EJA e a aplicar as diretrizes curriculares. É necessário investir em formação continuada que aborde temas como a valorização dos saberes prévios, a pedagogia de projetos, a interdisciplinaridade e a avaliação formativa;

- **Tempo e Estrutura**: A EJA, frequentemente, enfrenta limitações de tempo e de recursos, dificultando a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e a realização de projetos interdisciplinares. É fundamental garantir carga horária adequada para os professores, espaços de planejamento coletivo e acesso a recursos didáticos e tecnológicos que possibilitem a concretização da proposta curricular;
- **Resistência à Mudança**: A implementação de um novo currículo pode encontrar resistência por parte de alguns professores, apegados a modelos tradicionais de ensino. Superar essa resistência exige um trabalho de sensibilização, diálogo e acompanhamento pedagógico, demonstrando os benefícios da proposta e oferecendo suporte para a mudança de práticas;
- **Articulação entre os Ciclos**: A organização em ciclos demanda uma articulação cuidadosa entre as etapas, garantindo a progressão continuada dos estudantes e evitando a fragmentação dos conhecimentos. A comunicação entre os professores dos diferentes ciclos, o compartilhamento de práticas pedagógicas e a construção de projetos interciclos são essenciais para a efetivação da proposta;
- **Recursos** Financeiros: A implementação das DCEJA/ES requer investimentos em formação de professores, aquisição de materiais didáticos e adequação da infraestrutura das escolas. É fundamental garantir recursos financeiros suficientes para que a proposta se concretize e beneficie os estudantes da EJA.

A superação desses desafios é crucial para que as DCEJA/ES se traduzam em uma educação de qualidade para os jovens, adultos e idosos do Espírito Santo, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento pessoal e a transformação da realidade.

CONCLUSÃO

Como podemos observar as DCNEJA/ES apresentam pontos fortes como a organização e ciclos, valorização dos saberes prévios, desenvolvimento de competências, incentivo a interdisciplinaridade, ênfase na avaliação formativa e compromisso com a diversidade.

A organização em ciclos rompe com a rigidez da seriação e da reprovação, promovendo a progressão continuada dos estudantes. Essa flexibilidade permite que os alunos avancem em seu ritmo, respeitando suas necessidades e potencialidades. A valorizar os saberes prévios esse documento reconhece e valoriza a experiência de vida dos estudantes da EJA, considerando seus saberes prévios como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos. Essa abordagem se manifesta na ênfase na contextualização dos conteúdos, na avaliação diagnóstica e na incorporação da etnomatemática. A interdisciplinaridade incentiva a integração curricular, buscando conexões entre as diferentes áreas do conhecimento e rompendo com a fragmentação dos saberes, contribuindo para a construção de um conhecimento mais amplo e significativo para os estudantes.

Ao recomendar a avaliação formativa, as DCEJA/ES defendem uma avaliação que acompanha o processo de aprendizagem de cada estudante, identificando dificuldades e potencialidades. Essa abordagem contribui para a melhoria das práticas pedagógicas e para o sucesso dos alunos, enquanto o compromisso com a diversidade reconhece a diversidade do público da EJA e busca garantir a inclusão de todos os estudantes, considerando suas especificidades e necessidades. Esses pontos fortes das DCEJA/ES se traduzem em um currículo mais flexível, significativo e relevante para o público da EJA, considerando suas experiências, necessidades e expectativas.

Conclui-se que as DCEJA/ES, com foco na área de Matemática, revela uma proposta curricular inovadora e comprometida com a formação integral dos estudantes da EJA. A organização em ciclos, a ênfase na integração e contextualização dos conteúdos, a valorização dos saberes prévios e a busca por uma avaliação formativa são aspectos que merecem destaque. No entanto, é fundamental reconhecer os desafios para a implementação da proposta, garantindo que as DCEJA/ES se consolidem como um instrumento efetivo para a promoção de uma educação de qualidade para todos os jovens e adultos capixabas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/06/2026.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/06/2026.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/06/2026.

CURI, E. *et al*. "Currículos de Matemática dos Anos Iniciais de Cinco Regiões Brasileiras Organizados a partir da Base Nacional Comum Curricular". **Educação Matemática em Revista**, vol. 27, n. 77, 2022.

D'AMBRÓSIO, U.; ROSA, M. "Um diálogo com Ubiratan

D'Ambrosio: uma conversa brasileira sobre Etnomatemática". **Revista Latinoamericana de Etnomatemática Perspectivas Socioculturales de la Educación Matemática**, vol. 1, n. 2, 2008.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n. 10.382, de 25 de julho de 2015**. Vitória: Secretaria de Educação, 2015. Disponível em: <www.es.gov.br>. Acesso em: 12/06/2026.

ESPÍRITO SANTO. **Resolução CEE/ES n. 3.724, de 03 de abril de 2014**. Vitória: Secretaria de Educação, 2014. Disponível em: <www.es.gov.br>. Acesso em: 12/06/2026.

FÁVERO, A. A.; CETENARO, J. B. "A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites". **Contrapontos**, vol. 19, n. 1, 2019.

MEUER, M.; ALMEIDA, R. S. F. B. "A avaliação e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem". **Cadernos PDE**, vol. 2, 2016.

MICHAELIS. "Dicionário". **UOL** [2025]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso: 12/04/2026.

PIRES, M. P.; MACIEL, M. D. "Desenvolvimento de competência científica: um estudo preliminar das ideias-chave para a formação de professores de ciências". **Revista Dynamis**, vol. 30, 2024

QUARESMA, L. C. S.; SANTOS, R. B. "Os saberes e dizeres matemáticos dos alunos da EJA: a leitura de mundo precede a leitura da palavra". **Revista de Educação Popular**, vol. 0, 2021.

SOUSA, R. F.; DANTAS, T. R.; CONCEIÇÃO, A. P. S. "O Currículo da Educação de Jovens e Adultos e a Formação dos Sujeitos". **Revista Retratos da Escola**, vol. 15, n. 32, 2021.

TOLEDO, M. P.; AMARAL, C. L. C.; PIRES, M. P. “Os produtos de limpeza como tema contextualizador no ensino de química: relato de uma experiência exitosa na Educação de Jovens e Adultos”. **Revista Caderno Pedagógico**, vol. 21, n. 10, 2024.